

CIDADE: VALOR DE USO E DE TROCA

Tamiris Carvalho Marchiori
Instituto Federal do Espírito Santo
tamiris_marchiori@hotmail.com

Priscila de Souza Chisté Leite
Instituto Federal do Espírito Santo
pchiste@ifes.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar recorte teórico de dissertação realizada no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), a fim de refletir sobre a cidade e as categorias marxianas de valor, valor de uso e valor de troca. Trata-se de estudo teórico realizado a partir de referencial marxista, como Lefebvre, Harvey, Rolnik e Carcanholo. Consta-se que o processo de transformação da cidade, através da história e em diferentes sociedades, levou-a a assumir o caráter de mercadoria, distanciando-se cada vez mais de seu valor puro de uso. Acredita-se que este estudo possa contribuir para desvelar a aparência das cidades-mercadorias que imperam no século XXI, no sentido de buscar, através do devir utópico preconizado por Lefebvre, a possibilidade de realização do urbano em sua essência.

Palavras-chave: Cidade; Valor de Uso; Valor de Troca.

GT 12: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte integrante de dissertação de Mestrado Profissional intitulada “Educação na Cidade: conflitos e contradições na Avenida Beira Rio, na Ilha da Luz e na Avenida Carlos Lindenberg em Cachoeiro de Itapemirim – ES”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes –campus Vitória). Buscou-se, como objetivo geral da dissertação, desvelar os conflitos e as contradições que se revelam ou se ocultam nos espaços de segregação socioespacial em Cachoeiro de Itapemirim, especialmente na Avenida Beira Rio (identificada como lado A), na Ilha da Luz e na Avenida Carlos Lindenberg (ambas, lado B). Além da dissertação, nos Mestrados Profissionais, a elaboração de um produto educacional é elemento obrigatório. Portanto, desenvolvemos material educativo que foi denominado “Lado A e lado B do rio Itapemirim: conflitos e contradições em Cachoeiro de Itapemirim – ES”, direcionado, sobretudo, a professores do ensino básico de Cachoeiro de Itapemirim que tivessem interesse em estudar a cidade sob um viés crítico.

O recorte que fizemos para o desenvolvimento deste artigo consiste na seção “Referencial Teórico”, na qual inserimos os estudos realizados através de obras de autores marxistas que exploraram a cidade e as categorias marxianas de valor, valor de uso e valor de troca.

1 O QUE É CIDADE COM BASE EM ROLNIK (1995)

Na obra de Raquel Rolnik, “O que é cidade?”, podemos compreender como ocorreu a formação das primeiras cidades, desde o processo de sedentarização, com o aparecimento da agricultura, até as cidades contemporâneas, com o desenvolvimento da industrialização. Nessa análise, buscamos entender como diferentes povos, em diferentes locais, se organizaram para criarem suas cidades, na relação que estabeleceram com a natureza e na transformação desta em espaços citadinos.

Segundo a autora, as primeiras cidades surgiram com a característica de atrair os povos para os centros. A esse tipo de cidade Rolnik (1995) chamou de cidade ímã, a exemplo dos zigurates na Mesopotâmia. No sentido de aproximar o desenvolvimento das cidades com a atividade da escrita, Rolnik (1995) concebe a cidade-escrita. Considera, dessa forma, a cidade como registro coletivo, memória da humanidade. “Na história, os dois fenômenos – escrita e cidade – ocorrem quase que simultaneamente, impulsionados

pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo” (ROLNIK, 1995, p. 16). Já em seu caráter político, utiliza como exemplo a *pólis* da Grécia Antiga. Para a autora, a vida na cidade-estado grega era a que estava mais próxima de expressar a dimensão política do urbano. Para Rolnik (1995), se tomássemos a definição de um indivíduo da época clássica o que ele entendia como *pólis*, ele diria que “[...] a *pólis* não designava um lugar geográfico, mas uma prática exercida pela comunidade de seus cidadãos” (ROLNIK, 1995, p. 23). Na Grécia Antiga, o poder se fragmentava entre os aristocratas, uma vez que ser cidadão estava relacionado à posse de terras agrícolas. Excluía-se, assim, os escravos, estrangeiros e as mulheres, que mesmo sendo habitantes da cidade, não participavam da vida política na *pólis*. Nesse contexto, Rolnik (1995, p. 26) explica que a dimensão política da cidade está ligada à “[...] dominação da autoridade político-administrativa sobre o conjunto dos moradores”. Quanto à cidade em sua forma comercial, já inserida no sistema capitalista de produção e divisão do trabalho, a autora remonta à centralização das atividades mercantis que ocorriam no *fórum* da Roma Antiga. Segundo Rolnik (1995, p. 30), no *fórum* “[...] se reuniam diariamente centenas de pessoas para fazer compras, cultuar os deuses, conversar, participar como atores ou espectadores dos negócios públicos ou processos privados”.

No processo de desenvolvimento das cidades como expressão da sociedade do capital, Rolnik (1995) aborda as transformações ocorridas na cidade medieval e seu processo de transição para um novo sistema de organização social e econômico decorrente das novas descobertas do século XVI. Tais mudanças acarretaram a crise do feudalismo e o surgimento das monarquias absolutas na Europa, fato que determinou a organização da cidade-capital, pois “[...] a própria existência de uma cidade no comando das principais rotas comerciais e militares contribuía poderosamente para o fortalecimento e unificação do Estado” (ROLNIK, 1995, p. 42). Dessa forma, a cidade do medievo torna-se a cidade-capital do Estado moderno, representante de “[...] um poder de novo tipo, que interfere diretamente na condução do destino da vida cotidiana dos cidadãos” (ROLNIK, 1995, p. 44). A partir desse ponto, a autora começa a analisar os reflexos dessas transformações nas cidades contemporâneas, demonstrando como tais cidades foram moldadas sob uma lógica segregacionista, onde a terra, antes comunal, coletiva, assume o caráter de mercadoria. Para examinar a questão da segregação das cidades hoje, Rolnik (1995) menciona sua materialização na existência dos condomínios fechados, murados, vigiados, nos transportes coletivos lotados, no trânsito engarrafado e nos bairros-dormitórios, para citar alguns exemplos. “É como se a cidade fosse um imenso

quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (ROLNIK, 1995, p. 45). Ocorre, portanto, o que a autora chama de luta pelo espaço urbano.

No processo de segregação, Rolnik (1995) aponta duas bases que o sustentam: uma econômica e outra política. A primeira consiste na mercantilização dos setores essenciais à vida, como o acesso à moradia, onde os que têm mais dinheiro ocupam as áreas mais privilegiadas, enquanto os que têm menos poder aquisitivo, se veem obrigados a dividir espaços precários com outros que se encontram na mesma condição. Na base política, a autora destaca a segregação como finalidade do conflito social. Desse modo, a segregação ocorre “[...] porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (ROLNIK, 1995, p. 58).

Todas as relações que ocorrem na cidade possuem a interferência do Estado. Para corroborar tal afirmação, a autora utiliza o exemplo das cidades utópicas pensadas pelos renascentistas do século XVI, como Leonardo Da Vinci e Thomas Morus. Em comum, esses pensadores descreveram as cidades como produtos de planos arquitetônicos, mecânicos, matematicamente calculados, racionalizados, estavam pensando a cidade da era moderna. Dispensaram, portanto, as diferenças, as singularidades e subjetividades que as cidades carregam intrinsecamente. Logo, a produção dos espaços nas obras desses homens do século XVI se deu de forma utópica, situação que confere ao Estado o poder de controlá-los através dos planos.

São as cidades coloniais espanholas da época moderna, de acordo com Rolnik (1995), as que melhor expressam o que representou o poder do Estado sobre as cidades planejadas, a exemplo de Lima e da Cidade do México. Também as próprias cidades barrocas europeias determinam os planos de cidade e a intervenção do Estado em suas constituições. Daí o destaque à disposição dos símbolos nas cidades, como os edifícios, avenidas e monumentos. Eles representam o ideal da cidade planejada, são os códigos que permeiam o imaginário que a classe dominante pretende disseminar e que delimitam os espaços entre as áreas periféricas e os centros de habitação e lazer dos mais abastados. “Nestes espaços o Estado investe em infraestrutura com o que há de melhor, na época, em matéria de limpeza, iluminação, pavimentação” (ROLNIK, 1995, p. 66).

O planejamento e a dominação da cidade pelo Estado promovem a segregação socioespacial, pois, à medida em que se constroem áreas destinadas às classes que possuem maior poder aquisitivo, também são edificadas os locais que os marginalizados devem ocupar. Os asilos, hospícios e as prisões são as instituições públicas criadas pelo

Estado para onde se destinam àqueles que devem ser afastados do convívio social e da vida na cidade. Da mesma forma, as favelas criam realidades paralelas ao que é vivido nos centros citadinos.

Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto (ROLNIK, 1995, p. 75-76).

Os indesejáveis, que ocupam as favelas e bairros mais humildes, são absorvidos pelo mercado em empregos com baixa remuneração. Nesse contexto, mal remunerados e vivendo em condições precárias, clamam pela intervenção estatal, na esperança de que se resolvam as mazelas que o próprio mecanismo segregacionista estatal criou. A ação do Estado, por sua vez, se dá de forma homogeneizadora, pois busca padronizar a realidade dessas populações através de projetos e programas sociais. “Dessa forma, é uma ação que vai no sentido da homogeneização, da conversão de um certo espaço singular, da reprodução do modelo ‘normal’ da casa e da cidade” (ROLNIK, 1995, p. 76). Essa prática estatal, segundo Rolnik (1995), reforça o controle do poder urbano sobre a população, tanto as mais carentes quanto as mais abastadas, pois ao mesmo tempo em que produz as contradições do capital, também intervém nos conflitos e contradições da cidade.

Ao analisar a cidade originada da industrialização, Rolnik (1995) atribui à produção industrial a força que movimenta a engrenagem do sistema capitalista, produtor e reproduzidor das contradições e da segregação socioespacial. Desse modo, a cidade surgida da industrialização substitui a manufatura pelo trabalho das máquinas e do trabalho parcelado, num fenômeno claramente urbano. Em seu caráter contraditório, Rolnik (1995) explica que a violência urbana, em suas diversas formas, seja pelos crimes e mortes, pelos acidentes automobilísticos, pela destruição da natureza, pela debilidade das habitações ou pela explosão de movimentos sociais de contestação, é o que configura os seus elementos caracterizantes. Em seu processo de desenvolvimento, “[...] a indústria colocou para a cidade questões novas – ela é ao mesmo tempo seu espetáculo e seu inferno” (ROLNIK, 1995, p. 89).

Rolnik (1995) aponta um duplo movimento da industrialização. Primeiro, a possibilidade de criação da própria indústria, que possibilita a diversidade de produtos e a heterogeneidade das populações. Segundo, a destruição das noções de tempo e espaço. De tempo, devido ao advento da eletricidade, que “[...] elimina a diferença entre o dia e a noite; a climatização do ambiente supera as estações do ano; há relógios digitais em

todas as esquinas” (ROLNIK, 1995, p. 90). De espaço, em virtude da evolução da informatização. Esses produtos da industrialização, segundo a autora, se distanciam dos ritmos da natureza. Nesse sentido, tempo e espaço são redefinidos na cidade, chamada de cidade pós-industrial por alguns estudiosos.

Nela não existe mais a necessidade de concentração, uma vez que sob o paradigma eletrônico-nuclear os terminais e bancos de dados podem estar dispersos pelo território. Por isso a cidade pode, pela primeira vez em sua história, não ser mais ímã, rompendo seu impulso originário (ROLNIK, 1995, p. 91).

A primeira edição de *O que é cidade*, de Raquel Rolnik, foi publicada em 1988. De lá para cá, viramos o século e a tecnologia se expandiu, diminuindo ainda mais a distância entre as pessoas, que não mais precisam estar juntas fisicamente para se encontrar, mas, ao mesmo tempo, permanecem apartadas de si diante do agressivo processo de segregação socioespacial ao qual estão hodiernamente submetidos.

2 O DIREITO À CIDADE SEGUNDO HARVEY (2012)

Após a análise do que é cidade a partir da obra de Rolnik (1995), buscamos compreender de que forma o Direito à Cidade pode ser entendido e materializado como direito essencial e inalienável que contém todos os outros direitos. Para tanto, utilizamos o artigo produzido por David Harvey em 2012, no qual o autor busca compreender a extensão e aplicação de tal conceito no contexto atual, visto que a obra do filósofo francês Henri Lefebvre, “O Direito à Cidade”, foi publicada originalmente em 1968.

Os apontamentos de Harvey (2012) se iniciam com uma chamada de atenção para o processo de urbanização, que segundo o autor, está relacionado a uma questão de classe. Isto porque, no processo de constituição da cidade, a urbanização está condicionada à produção do excedente. Nessa perspectiva, a produção do excedente, o processo de extração dele e a mão de obra que realiza tal tarefa, estão sob controle das classes dominantes. Aí está a ligação entre o processo de urbanização das cidades e o desenvolvimento do sistema capitalista: “Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia” (HARVEY, 2012, p. 74). Nesse contexto, a busca incessante por matérias-primas e recursos naturais para produzir o excedente e a contínua exploração de mão de obra que execute a função exploratória, é o que, segundo o autor, molda a política do sistema capitalista. Contudo, na medida em que se desenvolvem os projetos capitalistas, os

detentores do poder esbarram em barreiras que dificultam o processo de manutenção do sistema. Nesse sentido, como explica Harvey:

Se o trabalho é escasso e o salário é alto, o trabalho existente deve ser disciplinado – o desemprego tecnologicamente induzido e a investida contra o poder organizado da classe trabalhadora são os principais métodos – ou nova força de trabalho deve ser encontrada através da imigração, da exportação de capital ou da proletarização de elementos até então independentes da população. Os capitalistas devem, também, descobrir novos meios de produção, em geral, e recursos naturais, em particular, que aumentem a pressão sobre o ambiente natural para revelar matéria prima indispensável e absorver os resíduos inevitáveis. Eles precisam explorar terrenos para extração de matéria prima, objetivo frequente dos empreendimentos imperialistas neocoloniais. (HARVEY, 2012, p. 75).

Harvey (2012) examina a possibilidade de instabilidade e crise que podem ocorrer dentro do sistema capitalista caso não se consiga contornar tais obstáculos inerentes ao seu desenvolvimento. Estando o sistema em crise, “[...] o capital pode ser desvalorizado e, em alguns casos, até mesmo fisicamente liquidado. [...] O próprio dinheiro pode ser desvalorizado através da inflação e, o trabalho, do desemprego massivo” (HARVEY, 2012, p. 75).

No processo de modificação da cidade, decorrente das crises do sistema capitalista, também se modifica o seu contexto político. Tais mudanças, por conseguinte, alteram, inclusive, a forma urbana da cidade. Para exemplificar tal afirmação e corroborar a máxima de que a cidade é o reflexo da sociedade e de seu tempo, Harvey (2012) cita as mudanças ocorridas na França a partir de 1848. Nesse tempo, diante da ascensão de Napoleão III, ou Luís Napoleão, ocorreram inúmeras transformações urbanísticas sob a administração do barão de Haussmann (nomeado para cuidar das obras públicas em 1853). Sobre o barão, encontramos em Lefebvre (2001) argumentos de que ele teria sido o responsável pelo arranjo dos espaços vazios de Paris. Longe de uma estratégia que beneficiasse a cidade, alerta Lefebvre (2001, p. 23), “[...] os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar”.

Da análise da situação francesa de meados do século XIX, Harvey (2012) caminha para os EUA do século XX. Neste país, o autor destaca as crises ocorridas a partir da década de 1940 devido às causas e efeitos da Segunda Guerra Mundial, e das crises que se seguiram nas décadas de 1960, 70, 80 e 90, acompanhadas de estratégias do sistema que visavam combatê-las. Ao chegar no final dos anos 1990, atenta para o fato de o mercado imobiliário ter absorvido o capital excedente do período, estabilizando, momentaneamente, a situação econômica do país.

Numa perspectiva global, assim como ocorreu nos EUA, o processo urbano desenvolveu-se em outros países, como o Chile, a Argentina, o Brasil e a China, por exemplo. Harvey (2012) atribui destaque especial para a China, pois, segundo ele, este país foi o responsável pela estabilidade financeira global a partir dos anos 2000:

Então a urbanização chinesa é a principal estabilizadora da economia global hoje? Nossa resposta deve ser um sim qualificado; pois a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que já se tornou genuinamente global, em parte devido à surpreendente integração dos mercados financeiros, que usaram sua flexibilidade para financiar o desenvolvimento urbano por todo o mundo. (HARVEY, 2012, p. 79).

A título de explicar o que ocorre em escala global, frisando que a aparente estabilização econômica mundial determinada pela China causou, na verdade, um desequilíbrio global, Harvey (2012) anuncia que:

Esta escala global torna difícil compreender que o que está acontecendo é, em princípio, similar às transformações que Haussmann comandou em Paris; pois o incremento da urbanização global dependeu, como as anteriores, da construção de novas instituições e arranjos financeiros para organizar o crédito requerido e sustentá-lo [...]. Seus vários benefícios incluíram dispersar os riscos e permitir à poupança excedente acesso mais fácil à demanda habitacional, também rebaixaram a taxa de juros agregada, gerando imensas fortunas para os intermediários financeiros que operavam essas maravilhas. Mas dispersar riscos não os elimina. Mais ainda: o fato de que ele pode ser distribuído tão amplamente encoraja comportamentos locais de risco, porque a responsabilidade pode ser transferida alhures. (HARVEY, 2012, p. 80).

Nesse processo crítico, sofreram, nos EUA, as populações mais pobres, afroamericanos e mulheres. Daí aprofunda-se a problemática da suburbanização dos centros e da conseqüente marginalização das populações que neles sobrevivem.

Harvey (2012) atribui à absorção neoliberal do excedente de produção a causa do processo de urbanização desurbanizante, política que vai contra a ideia de urbanização proposta pelo sociólogo Henri Lefebvre, pois em nada esse processo promove a igualdade social. Pelo contrário, ao submeter a cidade aos interesses do capital financeiro, as populações mais pobres são, quando beneficiadas, realocadas para periferias; quando negligenciadas, simplesmente destituídas de suas moradias e jogadas a própria sorte. Para exemplificar tais atitudes, Harvey (2012) aponta as desposseções que ocorreram nos EUA, na China, na Coreia do Sul, na Inglaterra e no Brasil, para citar alguns lugares. À medida que demonstra como as desposseções se delinearam em cada uma dessas regiões, analisa o fato de o Direito à Cidade, no século XXI, ter se afastado do que foi proposto por Lefebvre, pois não favorece a quem dele mais necessita, mas aos grandes empresários capitalistas. Os despossuídos de terra e habitação são os mesmos despossuídos de tal direito: “O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente

confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (HARVEY, 2012, p. 87).

Diante desses apontamentos, Harvey (2012), apropriando-se da definição de Lefebvre, que propõe o Direito à Cidade como pleno e total, anuncia que ele deve estar atrelado ao comando de todo o processo relativo à urbanização. Além disso, realça que, em todo mundo, movimentos que pensam e agem em prol da extensão do Direito à Cidade aos menos favorecidos estão em andamento. Contudo, ainda constituem ações individualizadas, mesmo que estejam em coesão umas com as outras: “Se, de alguma maneira, eles se unem, o que demandariam?” (HARVEY, 2012, p. 86), indaga o autor. Ele mesmo responde,

[...] em princípio: maior controle democrático sobre a produção e utilização do excedente. Como o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente, estabelecer uma administração democrática sobre sua organização constitui o direito à cidade. (HARVEY, idem, ibidem).

Como forma de propor uma estratégia para a problemática da urbanização desurbanizante e das despossessões territoriais e de direitos que afetam as classes menos abastadas, Harvey (2012) defende que a luta para a garantia do Direito à Cidade deve ser global, “[...] predominantemente contra o capital financeiro, pois esta é a escala na qual o processo de urbanização opera agora” (HARVEY, 2012, p. 88). É preciso, portanto, que os movimentos de luta pelo Direito à Cidade adotem o conceito não apenas em âmbito ideológico, mas como proposta política de ações para concretas mudanças das estruturas sociais vigentes.

Para Harvey, a discussão que perpassa o conceito e sua materialização diz respeito a que tipo de cidade queremos construir enquanto grupo social. Essa questão,

[...] não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74).

Nesse sentido, reiteramos a fala do autor ao afirmarmos que, na medida em que o ser humano constrói a cidade, também molda a si mesmo, e nesse exercício, constrói e reconstrói as relações com o meio e o outro.

3 A CATEGORIA MARXIANA DE VALOR SEGUNDO CARCANHOLO (2005)

Para pensar a cidade como produção humana e como elemento essencial para a evolução social ao nível da urbanização anunciada por Lefebvre, partimos para explorar a cidade enquanto substância que possui valor. Para tanto, recorreremos aos estudos do professor Reinaldo Carcanholo (2005).

Carcanholo (2005) anuncia cinco elementos básicos para a compreensão da teoria do valor. O primeiro consiste em afirmar que a teoria do valor não é uma teoria dos preços, mas sim da origem da riqueza do sistema capitalista. No segundo, define valor e valor de troca como conceitos diferentes. O terceiro sinaliza que o valor atribuído a uma mercadoria difere da quantidade socialmente necessária para a produzir. Ou seja, valor, portanto, não é algo definível. No quarto elemento o autor indica que o valor tem vida própria. Por último, destaca que o valor não é proporcional aos preços das mercadorias nem à quantidade de trabalho, mas, sim, que valor é determinado pela oferta e pela procura.

Para Carcanholo (2005), a teoria do valor é uma teoria sobre a natureza da riqueza do sistema capitalista, mais particularmente sobre a produção dessa riqueza. Sobre esse aspecto, já sinalizava Marx no primeiro capítulo d'O Capital. Nas palavras de Carcanholo (2005, p. 4),

[...] o valor de troca de uma determinada mercadoria é a proporção de troca que ela realmente estabelece com outra mercadoria qualquer. Assim, ela não possui somente um valor de troca, mas tantos valores de troca quantas são as demais mercadorias existentes na sociedade. O preço, ao contrário de certas interpretações equivocadas, é simplesmente o valor de troca da mercadoria quando a outra é a mercadoria dinheiro.

Dito isto, podemos entender que o conceito de valor, em um primeiro momento, trata-se de uma característica inerente a cada tipo de mercadoria, propriedade que é social e não natural. O valor de troca, por sua vez, está ligado à riqueza que cada sociedade produziu, cada uma em seu tempo e espaço, ou seja, está relacionado ao que as sociedades determinaram como riqueza e o que não. Por isso, “[...] a magnitude do valor é a magnitude da *riqueza* mercantil que foi *produzida* pelo trabalho social, pelo esforço produtivo da sociedade” (CARCANHOLO, 2005, p. 4). Valor, portanto, não é trabalho, mas qualidade da mercadoria, adjetivo, essência, não se separa da mercadoria e não pode ser definido; enquanto o valor de troca é a forma de representação da mercadoria, a sua aparência observável. Cada sociedade determinará, cada qual a seu tempo, o que utilizar como valor de troca para as mercadorias que produzir. Para Carcanholo (2005), na sociedade capitalista, o capital se apropriou de tal modo do valor, que esses dois

elementos acabaram se tornando um só. O valor, portanto, “[...] não é mais uma simples propriedade social ou simples adjetivo da mercadoria [...] ele adquiriu vida própria” (CARCANHOLO 2005, p. 8).

4 VALOR DE USO E VALOR DE TROCA A PARTIR DE LEFEBVRE (2001, 2008)

Após analisarmos a categoria de valor na visão de Carcanholo (2005), partiremos para o estudo de algumas das apropriações feitas por Lefebvre dos conceitos marxianos de valor de uso e valor de troca presentes nas obras “O Direito à Cidade” (2001) e “A Revolução Urbana” (2008).

Começamos destacando que, em “O Direito à Cidade”, Lefebvre (2001, p. 11) afirma que “[...] a cidade preexiste à industrialização”. O que significa dizer que, antes do desenvolvimento do sistema capitalista, as cidades já existiam sob diferentes sistemas de produção. A partir dessa afirmação, buscamos traçar, a seguir, uma análise diacrônica da escala de urbanização das cidades pontuadas por Lefebvre em “A Revolução Urbana” (2008).

A princípio, percebemos que a *cidade política* corresponde ao primeiro tipo de cidade existente de acordo com o autor. A *cidade política* acompanha a agricultura e a aldeia, é composta socialmente por escribas, artesãos, nobres e chefes militares, por exemplo. “É certo que ela se apoia sobretudo nas análises e documentos relativos ao ‘modo de produção asiático’, às antigas civilizações criadoras, ao mesmo tempo, de vida urbana e de vida agrária (Mesopotâmia, Egito etc.)” (LEFEBVRE, 2008, p. 19).

O próprio autor admite arriscar-se aproximar a *cidade política* da origem das cidades no eixo espaço-tempo. Mesmo assim, demarca-a como princípio de sua análise diacrônica. Sobre suas características territoriais e administrativas, comenta que, a *cidade política*,

[...] administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí, a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento dos tributos (LEFEBVRE, 2008, p. 19).

No final da Idade Média, com a expansão das trocas comerciais, as cidades passam à categoria de *cidades mercantis*, enquanto segundo tipo de cidade na análise diacrônica de Lefebvre. As trocas levam à movimentação de mercadorias e de pessoas. Logo, suscitam a própria movimentação das riquezas monetárias, ou seja, do dinheiro.

Nesse contexto, “[..] a cidade política resiste com toda a sua força [...]; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). Para elucidar esse conflito, Lefebvre (2008) explica que foi nos centros das antigas cidades gregas e romanas, principalmente nos espaços públicos da Ágora grega e do Fórum romano, que os mercadores se estabeleceram para realizar suas trocas e fortalecer a *cidade comercial*. As cidades antigas, portanto, redutos da *cidade política*, ainda com traços das cidades medievais, serviram de palco para a luta de classes entre os mercadores “[...] um pouco guerreiros, um pouco saqueadores” (LEFEBVRE, 2008, p. 20), contra os senhores da terra.

Essa passagem da *cidade política* para a *cidade comercial ou mercantil* teria modificado não só os aspectos econômicos e sociais, mas havia transformado o ambiente central das cidades. Os espaços públicos, de encontros e reuniões, representados pela Ágora ateniense e pelo Fórum romano, por exemplo, tornaram-se centros comerciais. Ao redor deles, construíram-se igrejas e órgãos administrativos, como a prefeitura. A respeito disso, Lefebvre (2008) atenta para a configuração de uma nova arquitetura que acompanha a formação dos novos centros. Sendo assim, o espaço público vai, aos poucos, deixando de ser o lugar da reunião entre as pessoas e “[...] torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

A cada ponto de interseção entre uma espécie e outra de configuração das cidades, subsiste aspectos daquela que a precedeu. Há sempre a resistência da que está sendo dominada, em posição de submissão, enquanto aquela que domina, insiste no êxito em se manter, se fortalecer, se consolidar dominante.

Na passagem da *cidade mercantil* para a *cidade industrial*, Lefebvre (2008) descreve uma inversão, a qual ele deu destaque, entre o papel do campo e da cidade, pois até então, antes dessa virada nos sentidos, o campo conservava certa vantagem sobre a cidade. Esta mantinha, com relação ao campo, um caráter heterotópico, ou seja, o campo ainda prevalecia de forma territorial, quanto à produção (agricultura) e à riqueza (imobiliária). Contudo, no processo de inversão, os valores citadinos ultrapassaram os valores camponeses, de modo que o campo passou a ficar à margem das cidades, enquanto estas, por sua vez, se consolidaram. Há, nesse processo, um afastamento dos indivíduos da natureza. “Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de

existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana”¹ (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

Para melhor nos situarmos, o autor data essa grande mudança dos sentidos entre os séculos XVI e XVII, no Ocidente Europeu. Aparecem aqui, no nascimento da *cidade industrial*, os planos de cidades.

Combinação entre a visão e a concepção, obras de arte e de ciência, os planos mostram a cidade a partir do alto e de longe, em perspectiva, ao mesmo tempo pintada, representada, descrita geometricamente. Um olhar, ao mesmo tempo ideal e realista – do pensamento do poder –, situa-se na dimensão vertical, a do conhecimento e da razão, para dominar e constituir uma totalidade: a cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

Na passagem de uma realidade social rural para uma industrial, Lefebvre (2008) aponta que esse processo está associado ao crescimento do capital comercial e da existência do mercado. “É a cidade comercial, implantada na cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica” (LEFEBVRE, 2008, p. 23). Portanto, para a concretização da *cidade industrial*, foi preciso o movimento da *não-cidade* e da *anticidade*. A *não-cidade* representa a ausência da realidade urbana. É na *não-cidade* onde a princípio ocorreu a instalação das primeiras indústrias, que por sua vez, se implantavam próximas ao que necessitavam para produzir suas mercadorias, ou seja, aos recursos naturais, às fontes de energia, às matérias-primas e à mão de obra para o trabalho. Já a *anticidade* corresponde à resistência do conjunto entre *cidade política e cidade comercial* contra o domínio da indústria que nascia. Logo, *não-cidade* e *anticidade*, dialeticamente, “[...] vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as reminiscências da cidade anterior à indústria” (LEFEBVRE, 2008, p. 23).

Essa dominação realizada pela *cidade industrial*, por meio da ação da *não-cidade* e da *anticidade*, levaram ao processo de implosão-explosão das cidades, que Lefebvre (2008) explica como

[...] a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

¹ Cabe ressaltar que o conceito de realidade urbana em Lefebvre é duplo. Por vezes aparece como característica da sociedade industrial e pós-industrial e em outras passagens pode ser considerada como o devir, ligado a sociedade urbana como uma utopia, mas que se projeta para um futuro possível, uma alternativa que aponta para melhores condições de vida (LEFEBVRE, 2008, p. 13-14).

À medida que vai se consolidando, a *cidade industrial* precede e anuncia o que Lefebvre (2008) chama de *zona crítica*. A consequência de todo esse processo resulta na realidade urbana.

Pode-se definir a realidade urbana [...] como uma modesta realidade, marginal à relação produtiva? Como uma modesta realidade, marginal em relação à produção? Não! A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

Entre os três tipos de cidade apresentadas, Lefebvre (2001) considera que as cidades medievais guardavam uma espécie de valor de uso associado às *cidades políticas*. Contudo, de modo contraditório, à medida que a *cidade comercial* se fortalecia, surgiam também as redes de trocas mercantis e a mobilidade das riquezas em dinheiro². Nas cidades medievais, os grupos dirigentes investiam nos territórios que dominavam através da construção de igrejas e do fortalecimento de suas muralhas, por exemplo. Tais investimentos são característicos da produção de riqueza improdutiva, ou seja, realizadas sem a intenção de obter lucro em riqueza monetária. Dessa forma, pensamos que tais investimentos estariam associados ao valor de uso das obras realizadas.

Ao falar sobre ações que manifestam o valor de uso, Lefebvre (2001) sinaliza sobre a *Festa*, grafada em maiúsculo, pois, segundo ele, representa um movimento de aproveitamento da cidade e de seus espaços, voltado para o prazer e para o prestígio, sem finalidade de lucro. Diferentemente de *festa*, com grafia minúscula, que indica propriamente investimentos e eventos que estariam relacionados à aquisição de riquezas materiais. Outra distinção que encontramos em Lefebvre (2001) quanto à grafia de palavras está em *Cidade* e *cidade*. Entendemos *Cidade* como refúgio do valor de uso, é o urbano que preexistiu à industrialização, ao mesmo tempo que é também a utopia urbana, o devir. O autor considera que, ao estudarmos a cidade política e a comercial, por exemplo, é possível vislumbrarmos traços que destacam o uso da cidade e, de certo modo, pensar uma outra cidade, a sociedade urbana.

A partir da industrialização, a essência do urbano, como utopia, em seu valor de uso, teria se perdido para Lefebvre (2001). Nesse sentido, o autor afirma que,

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso,

² Em Bottomore (1988, p.176-177), “[...] o dinheiro é uma forma equivalente geral do valor, na qual o valor das mercadorias aparece como puro valor de troca. [...] O dinheiro é um equivalente geral *socialmente aceito*, uma mercadoria específica que surge na realidade social para desempenhar o papel de equivalente geral e exclui desse papel todas as outras mercadorias. Qualquer mercadoria produzida poderia, em princípio, servir de dinheiro; Marx refere-se habitualmente à mercadoria-dinheiro como ouro, e argumenta que as propriedades naturais do ouro, sua durabilidade, uniformidade e divisibilidade, o tornam particularmente adequado a funcionar como a medida do valor de troca puro”.

embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2011, p. 14).

O que se formou da união conflituosa das cidades política e comercial, fez-se resistente à investida da cidade industrial, como já sinalizamos. Esse fenômeno dialético e representante da luta entre as classes se materializa no entendimento de como as corporações medievais resistiram à industrialização nascente da época. Para Lefebvre (2001), onde as corporações se consolidaram “[...] houve atraso do capitalismo e da industrialização: na Alemanha, na Itália. Atraso cheio de consequências”³ (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

O autor analisa o processo de formação da sociedade industrial sob duas categorias: a de elementos de indução e a de efeitos induzidos. Com relação à indução, no papel de agente indutor está o processo de industrialização, a produção econômica. Enquanto os efeitos induzidos refletem a produção da urbanização, da realidade social. Mais uma vez, apresenta-se uma relação dialética. Esses dois elementos, apesar de conflitantes, são indissociáveis. Lefebvre (2001) exemplifica tal conflito quando destaca haver na França e em países da América do Sul e da África, uma grande urbanização, porém acompanhada de pouco desenvolvimento industrial, onde predominam as favelas (LEFEBVRE, 2001, p. 17).

À medida que analisa o desenvolvimento da sociedade industrial, Lefebvre (2001) destaca a composição do *tecido urbano*⁴, produto induzido da implosão-explosão das cidades industrializadas.

Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos (LEFEBVRE, 2001, p. 18).

É nesse tecido urbano que se projeta o modo de viver da sociedade industrial.

Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás [butano nos campos] que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo

³ Alemanha e Itália consolidaram-se como estados nacionais tardiamente comparados aos demais países europeus como França e Inglaterra, por exemplo. Isso levou a um “atraso”, também, na corrida imperialista que se delineava no final do século XIX e início do XX. Consequentemente, os dois países, reivindicaram maiores participações no domínio das regiões conquistadas e repartidas. Os desentendimentos decorridos dessas disputas deram origem ao conflito da Primeira Guerra Mundial, deflagrada em 1914.

⁴ Para Lefebvre (2001, p. 18), “Mais do que um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras”. Nesse sentido, tecido urbano representa o modo de viver, ou como diz o autor, o ecossistema da sociedade que se formou a partir do processo de industrialização das cidades.

mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Nesses tecidos urbanos sobrevivem “ilhas” de ruralidade, locais onde ainda se encontram elementos da vida nos campos. As “ilhas de ruralidade” estão, portanto, inseridas no tecido urbano. Nele, as disputas e os conflitos se intensificam, é onde o lugar de consumo e o consumo do lugar se manifestam. Nas palavras de Lefebvre (2001), esses centros urbanos,

Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano, torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

Os centros urbanos, portanto, se tornam centros de consumo na medida em que se mercantilizam. Os antigos centros, que reuniam aspectos dos valores de uso da cidade, agora dão espaço para a criação de novos centros, dessa vez, direcionados à manifestação de determinada hegemonia e dominação. Para Lefebvre (2001), significa o direcionamento para uma nova centralidade, a do poder. Para desenvolver essa ideia, o autor discorre sobre a crise da cidade e elenca a relação entre três termos que se opõem, mas não se esgotam em suas oposições: a ruralidade, a urbanidade (a sociedade urbana e o tecido urbano que a compreende) e a centralidade das cidades antigas. Os três termos estão em conflito e resultarão em uma estratégia global sobre o urbano na visão do autor.

Para exemplificar seu raciocínio quanto às transformações ocorridas a partir dos conflitos entre esses termos, Lefebvre (2001) cita a tomada pela burguesia do Marais, em Paris, um bairro aristocrático antes da Revolução Francesa.

A feiura burguesa, a aspereza em relação ao ganho, visível e legível, nas ruas instalam-se no lugar da beleza um pouco fria e do luxo aristocrático. Nos muros do Marais lê-se a luta de classes, o ódio entre as classes, a mesquinha vitória. [...] A burguesia “progressista” que toma a seu cargo o crescimento econômico, dotada de instrumentos ideológicos adequados a esse crescimento racional, que caminha na direção da democracia e que substitui a opressão pela exploração, esta classe enquanto tal não mais cria; substitui a obra pelo produto [...]. Quanto aos opressores, aos senhores das sociedades anteriores à democracia burguesa [...] estes tiveram o sentido e o gosto da *obra*, em particular no setor arquitetônico e urbanístico. Com efeito, a obra depende mais do valor de uso do que do valor de troca (LEFEBVRE, 2001, p. 22).

Nessa passagem, o autor admite que, mesmo em se tratando de uma sociedade aristocrática e opressora, os reis, príncipes e imperadores franceses, experimentaram

certos valores de uso em suas épocas. Enquanto a burguesia, que se pretendia revolucionária, nada mais fez do que atribuir valor de troca às obras das quais se apropriou.

Após a tomada de poder pela burguesia, após a Revolução Francesa, ocorre o que Lefebvre chama de *estratégia de classe*. Ou seja, a burguesia estrategista passa a criar uma nova forma de vida nas cidades. Lefebvre afirma que antes da ascensão comercial burguesa, a classe social hegemônica da sociedade anterior, representada pelos senhores feudais, príncipes e reis, conectou-se com o “[...] sentido e o gosto da *obra*, em particular no setor arquitetônico e urbanístico. Com efeito, a obra depende mais do valor de uso do que do valor de troca” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). Dessa forma, a cidade, entendida como refúgio do valor de uso, guarda aproximações com obra de arte. A própria cidade é uma obra, no sentido de criação humana. Nesse contexto, Lefebvre (2001) se refere à *Cidade*, com grafia em maiúsculo. Cidade, portanto, adquire o sentido de Cidade-obra. Nessa Cidade-obra os cidadãos vivem a cidade, ocupam e se apropriam de seus espaços. Por isso, “[...] a vida urbana pressupõe encontros, confronto das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 22). A vida urbana analisada por Lefebvre, portanto, contém o valor de uso das cidades. No sentido contrário ao da realização do urbano, o poder hegemônico promove a expulsão do proletariado dos centros urbanos e acarreta a alienação do povo, este que é o criador da obra cidade.

Para demonstrar essa ideia, Lefebvre (2001) descreve três atos que promoveram a desurbanização. O primeiro, está relacionado ao barão de Haussmann e sua estratégia dos vazios urbanos na França de meados do século XIX. O segundo, que Lefebvre (2001) situa durante a III República na França, envolve a lógica do *habitat*⁵, com a criação dos conjuntos e pavilhões. O terceiro ato ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o filósofo destaca o agravamento da crise habitacional, que segundo ele, é resolvido pelo Estado através da construção de novas habitações. “Começa o período dos ‘novos conjuntos’ e das ‘novas cidades’ ” (LEFEBVRE, 2001, p. 25). Com efeito,

Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de *habitat*, o proletariado deixará de esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

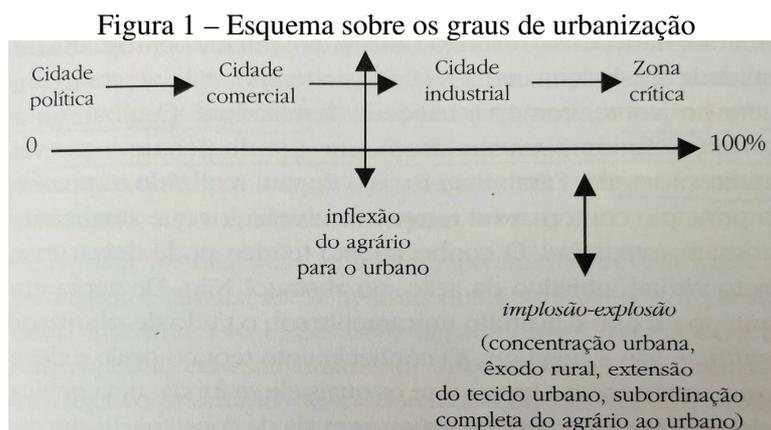
⁵ *Habitat* se refere a uma espécie de habitação que reduz o ser humano a ações elementares como dormir, comer e se reproduzir. Enquanto no *habitar*, ele vive em consonância com o meio e com a natureza (LEFEBVRE, 2008).

Acreditamos, nesse sentido, que conforme o proletariado é forçado a se distanciar da cidade, de sua própria criação, também se afastam dele os valores de uso inerentes às obras criadas na cidade. Ao invés de usufruir do que foi socialmente produzido, ou seja, da própria cidade, ele é direcionado a uma realidade que impõe uma vida segregada, pautada em valores pecuniários, responsáveis por ditar as relações e contribuir para o agravamento das desigualdades socioespaciais na cidade.

Lefebvre (2001) considera o campo um lugar de produção e de obras. Nele, a própria paisagem é uma obra. Contudo, a vida urbana da cidade “[...] penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 74). Desse modo, os termos *ruralidade*, *tecido urbano* e *centralidade* entram em oposição e expressam a relação conflituosa entre a cidade e o campo. Para Lefebvre (2001, p. 74),

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o.

A respeito dessa tensão entre urbanidade e ruralidade, Lefebvre (2001, p. 75) propõe uma indagação e um desafio a ser resolvido: “A que formas sociais e políticas, a que teoria vai-se confiar a realização, na prática, de uma centralidade e de um tecido renovados, libertados de suas degradações?”. Na direção de entender isso que ele chama de problemática urbana, o filósofo francês cria um esquema no qual traça eixos que vão do zero ao cem por cento, onde o eixo inicial representa o nível zero de urbanização, a inexistência da cidade e a predominância do campo. Já o eixo cem por cento, demarca a “[...] absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura” (LEFEBVRE, 2001, p. 77). Do zero ao cem, da esquerda para a direita, estão a cidade política, em seguida a cidade comercial, depois a cidade industrial e, por fim, o ponto crítico, onde Lefebvre (2001) defende que se situa a problemática urbana (zona crítica). Apresentamos na Figura 1 o esquema desenvolvido pelo autor que expressa os níveis de cidade, partindo do grau zero, com a *cidade política*, até o grau 100%, que corresponde à zona crítica.



No ponto crítico ocorre o processo de *socialização da sociedade*, ou a *urbanização da sociedade*, “[...] essa formulação insiste nas *trocas* e nos locais de troca; põe em evidência a quantidade das trocas econômicas e deixa de lado a qualidade, a diferença essencial entre valor de uso e valor de troca” (LEFEBVRE, 2001, p. 78-79). Para superar essa realidade crítica onde o valor de troca supera o valor de uso, Lefebvre (2001) propõe de onde se deve partir a prática para modificar as atuais estruturas: da sociedade urbana, ou, da apropriação da cidade em sua qualidade de valor de uso. Segundo o autor, a razão suprema do urbano, a forma urbana concretizada, reside na simultaneidade, na heterogeneidade, no encontro, nas trocas. Também é o lugar da “[...] convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos, o tipo de cidade em que vivemos, fruto do sistema capitalista, preexiste a este modo de produção. Desde a cidade política, passando pela comercial, até a cidade industrial, as cidades experimentaram diversos estágios e se materializaram em diferentes civilizações. De acordo com Lefebvre (2001), a fase mais atual da cidade teve início ainda no século XIX e está localizada na zona crítica, esta que, para o autor, seria a última etapa da cidade antes da urbanidade, ou seja, da totalidade do urbano. Para superarmos essa etapa, o autor exclama a formação de uma nova sociedade, verdadeiramente urbana, onde o Direito à Cidade se faz presente e contempla a todos e todas, sem distinções de classe. Para Lefebvre (2001), a sociedade urbana se realizará

numa cidade renovada, distante dos valores de troca do sistema capitalista, distante da mercantilização da vida. Sua realização se dará através de uma nova *práxis*, da formação de um novo humanismo, de novas formas de existir na cidade. Não obstante, a sociedade urbana em formação nasce do gérmen dessa sociedade atual, inserida na zona crítica; ela emerge de suas entranhas, de suas brechas, diante de suas tensões, de seus conflitos e suas contradições.

A cidade renovada é aquela que serve aos usuários, a que guarda valores de uso genuínos, que fomenta encontros, enaltece as diferenças, estimula o intercâmbio cultural, a Festa, a apropriação da História e da arte. É uma cidade utópica e ao mesmo tempo real, associada a um projeto que busca alcançar um “horizonte possível-impossível” (LEFEBVRE, 2001, p. 141). Por conseguinte, a *práxis* também é a finalidade do Direito à Cidade, pois a realização da filosofia só se dará com uma completa transformação social e política da forma como o ser humano se apropria da cidade, “a revolução teórica e a transformação política andam de mãos dadas” (LEFEBVRE, 2001, p. 136).

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. **Elementos básicos da teoria marxista del valor**. In: V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005, México. Anales del V Coloquio Latinoamericano de Economistas Políticos, 2005.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Tradução de Jair Pineiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez., 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

MARCHIORI, Tamiris Carvalho. **Educação na Cidade: conflitos e contradições na Avenida Beira Rio, na Ilha da Luz e na Avenida Carlos Lindenberg em Cachoeiro de Itapemirim-ES**. Orientadora: LEITE, Priscila de Souza Chisté. Co-orientadora: CÔCO, Dilza. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Vitória, 2022.

MARX, Karl. **O Capital. Vol. I**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.